

PLANO OPERATIVO | 2020 - 2023

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

Este documento apresenta o Plano Operativo 2020-2023 referente ao Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.

O Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa foi aprovado pela Comissão Executiva para Controle do Desmatamento e Recuperação da Vegetação - Conaveg, instituída por meio do Decreto Presidencial nº 10.142, de 28 de novembro de 2019, e busca promover a coordenação de esforços para a redução do desmatamento em todos os biomas. Objetiva ainda a implementação de ações articuladas entre a União e os demais entes federativos para a prevenção e controle das queimadas e dos incêndios florestais, e o fomento à recuperação da vegetação nativa nos biomas brasileiros.

Este Plano Operativo visa complementar o Plano Nacional. Estabelece linhas de ação relevantes, metas e indicadores com o objetivo de atingir os resultados esperados.

O Plano Nacional, do qual este Plano Operativo é derivado, apresenta 3 macro temas transversais e 5 eixos de ações prioritárias a serem implementadas no período 2020-2023.



Temas Transversais

A promoção do desenvolvimento sustentável requer o estabelecimento de um **ambiente de negócios** que incentive a atividade econômica, ao mesmo tempo em que valorize e remunere a conservação ambiental. Um ambiente de negócios positivo abre espaço para que o empreendedorismo e a inovação prosperem.

É importante destacar que a **inovação** não se limita ao desenvolvimento de tecnologia de ponta. Inclui também a aplicação de avanços tecnológicos nos seus mais variados graus que podem promover o desenvolvimento local. Em comunidades onde o básico é ausente, pequenos avanços são extremamente significativos.

Uma estrutura de **financiamento** adequada é essencial para viabilizar novos negócios. O setor financeiro, ao atender as necessidades e particularidades de cada região do território brasileiro, pode contribuir para reverter a lógica da degradação ambiental - por meio de investimento de impacto - e fomentar novas práticas econômicas e sociais vinculadas à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

A proteção do meio ambiente e a preservação das florestas é de competência comum entre União, Estados e Municípios e às três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Destaca-se que os Estados possuem autonomia para estabelecer e implementar suas próprias diretrizes de controle e combate ao desmatamento ilegal nas áreas sob suas jurisdições, inclusive através de aportes de novos recursos financeiros oriundos de Fundos Constitucionais. Especificamente associado ao fundo dos recursos recuperados da Petrobras a partir da operação Lava Jato, foi expedido o Ofício-Circular Nº 5/MMA, de 14 de janeiro de 2020, anexo 9 (0539816), endereçado aos 9 (nove) governadores dos Estados da Amazônia Legal, destacando que: “de acordo com a Decisão do Supremo Tribunal Federal, o emprego dos recursos deverá atender ao prescrito no item “1.2 AMAZÔNIA LEGAL”, constante da ADPF nº 568 (anexo II), (p. 26), ou seja, deverão ser “destinados à prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais na Amazônia Legal, inclusive na faixa de fronteira.” O valor disponibilizado deve ser empregado dentro dos planos estaduais que deram a direção do recurso, segue o quadro com detalhamento de quanto cada Estado recebeu:

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	VALOR (R\$)
Acre	17.507.530,00
Amazonas	30.053.120,00
Amapá	12.702.397,00
Maranhão	23.639.857,00
Mato Grosso	42.489.884,00
Pará	49.690.394,00
Rondônia	19.523.491,00
Roraima	18.548.058,00
Tocantins	15.845.269,00
TOTAL	230.000.000,00

No âmbito do governo federal, as ações dos eixos do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa são de coordenação intersetorial e responsabilidade compartilhada entre os diferentes órgãos. Por exemplo, o eixo Bioeconomia demanda articulação com o Ministério da Economia e entes federativos; a regularização fundiária com o Ministério da Agricultura e INCRA; o monitoramento com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério da Defesa e Ministério da Justiça; enquanto o eixo de comando e controle tem uma esfera de coordenação mais forte, envolvendo ações do Ibama, ICMBio e FUNAI com o Ministério da Justiça e Ministério da Defesa.

As linhas de ações reportadas abaixo serão revisadas e validadas na reunião da Conaveg.

Tendo em vista que as causas principais de desmatamento nos diversos biomas apresentam, em linhas gerais eixos similares, está previsto um alinhamento e harmonização das ações reportadas entre a Comissão de Preservação da Amazônia Legal do Conselho da Amazônia e a Conaveg - guardadas as suas particularidades e escopo.

TOLERÂNCIA ZERO AO DESMATAMENTO ILEGAL E AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Reduzir o desmatamento e aperfeiçoar o controle ambiental	Redução do desmatamento	Amazônia	Redução incremental de 15% por ano até 2023	km² reduzidos por ano	Redução de 15% de 2022 até 2024, de 40% em 2025 e 2026 e de 50% em 2027 e zero em 2028	MMA/IBAMA/ICMBIO, Polícia Federal/MJSP
	Presença institucional em campo	Todos os biomas	Aumento de 5% a cada ano, tendo como base a média dos últimos 3 anos (596). Ações de fiscalização: 2020: 622 2021: 653 2022: 686 2023: 720	Número de ações de fiscalização ambiental executadas nas Unidades de Conservação Federais	As ações de fiscalização constituem fator de prevenção e de combate às atividades degradadoras que podem impactar as Unidades de Conservação. A principal estratégia de fiscalização do ICMBio é a aumento da presença institucional nas UCs, fortalecendo as equipes locais e apoiando ações rotineiras e operação específicas, a fim de fazer uma proteção adequada do território das UC, tendo como parâmetro as áreas protegidas e a conservação delas. O esforço de planejamento e execução da fiscalização contribui para a gestão adequada da unidade e para a consecução da conservação.	ICMBio
	Aprimorar o Sistema Nacional de Informações sobre Incêndios Florestais– Sisfogo	Todos os biomas	Estabelecer diretrizes para geração, coleta, registro, análise, sistematização e integração de informações sobre incêndios florestais e manejo integrado do fogo Desenvolver os módulos e funcionalidades do Sisfogo	Funcionalidades do sistema disponíveis para utilização por instituições que atuam na prevenção e no combate aos incêndios florestais	Sistema Nacional de Informações sobre Incêndios Florestais aprimorado, fornecendo informações aos usuários	IBAMA, INPE/MCTI, Censipam/MD

Fortalecer e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e disponibilização de informações para prevenção e controle dos incêndios florestais	Monitoramento dos incêndios em vegetação	Todos os biomas	Aprimorar e monitorar diariamente a ocorrência de focos de calor (Queimadas)	Número de focos de calor e área queimada (ha)	Áreas atingidas por incêndios em vegetação monitoradas, com informação disponibilizada	INPE/MCTI Censipam/MD
			Desenvolver um novo indicador de ocorrência de fogo integrado considerando a persistência e intensidade do fogo integrado	Metodologia do novo indicador desenvolvida	Melhoria e continuidade das séries históricas de acompanhamento da ocorrência de fogo	
	Ampliar a punibilidade por crimes e infrações ambientais relacionadas a desmatamento ilegal e incêndios florestais	Todos os biomas	Implementar o PNAPA Ampliar a cooperação e o trabalho integrado inter-agências Ampliar o uso de tecnologia satelital para identificação de áreas com maior incidência de desmatamento ilegal	Nº de ações de fiscalização Nº de processos julgados em qualquer instância Nº de processos julgados em definitivo Nº de processos com autuação mantida Nº de processos com multa paga	Prevenção e redução de crimes e infrações ambientais	Ibama

Promover a responsabilização por crimes e infrações ambientais	florestais		com maior incidência de desmatamento ilegal	Área embargada por infração ambiental (ha)		
				Nº de embargos decorrentes de infração ambiental		
	Ampliar a punibilidade por crimes e infrações ambientais relacionadas a desmatamento e mineração ilegais e incêndios florestais.	Amazônia Legal	Otimização das investigações nos Grupos de Investigações Ambientais Sensíveis (GIASE's) do AM, PA e RO	Número de procedimentos criminais instaurados e de operações policiais ambientais deflagradas, bem como a verificação de desaceleração dos índices de desmatamento	Aumento da precisão das ações de polícia judiciária com significativa economia de gastos com logística	Polícia Federal
			Planejamento e execução de operações em áreas críticas da Amazônia Legal, com ênfase nos alertas e relatórios produzidos pelo CENSIPAM/GIPAM e pela PLANET	Número de operações policiais ambientais deflagradas	Maior agilidade nas ações de campo e atualidade das práticas de danos ao meio ambiente possibilitando a cessação temporânea dos danos e prisões em flagrante dos infratores	
Acompanhamento e incentivo de operações policiais contra crimes ambientais pelas Superintendências e suas projeções descentralizadas da Polícia Federal	Verificação de desaceleração dos índices de desmatamento	Efeito social pedagógico e dissuasório de novas práticas ilícitas, tanto no desmatamento e mineração quanto nos incêndios criminosos				
Implementar o Manejo Integrado do Fogo em áreas federais			Ampliar o número de unidades de conservação federais e terras	Número de unidades de conservação e terras indígenas que utilizam a abordagem do manejo integrado do fogo	Consolidação do manejo integrado do fogo como estratégia para a redução da	

Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais	prioritárias (unidades de conservação federais e terras indígenas)	Todos os biomas	indígenas que aplicam o conceito manejo integrado do fogo como forma de redução de áreas atingidas por incêndios florestais	Área total manejada (ha) em unidades de conservação federais e terras indígenas	Fogo como estratégia para a redução da área atingida por incêndios florestais em áreas protegidas	Ibama, ICMBio
	Implementar o Programa de Brigadas Federais visando a redução do número de incêndios nas áreas federais prioritárias	Todos os biomas	Contratar brigadistas para atuação em áreas federais prioritárias e unidades de conservação federais	Número de brigadistas contratados por ano para atuar nas áreas selecionadas pelo Ibama e ICMBio	Prevenção e redução da área atingida por incêndios florestais em áreas protegidas	Ibama, ICMBio
	Difusão de metodologias, procedimentos e ferramentas para prevenção e combate aos incêndios florestais	Todo os biomas	Padronizar metodologias, procedimentos e ferramentas	Número de metodologias, procedimentos e ferramentas padronizadas	Aumento da coordenação de ações entre as instituições de resposta	Ibama, ICMBio
Regulamentar o art. 40 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa	Articulação para aprovação do Projeto de Lei nº 11.276/2018, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, em análise pela Comissão Mista da Câmara dos Deputados	Todos os biomas	Apresentar o Projeto de Lei nº 11.276/2018, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo para o Conselho Nacional da Amazônia Legal	Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo apresentada e discutida com atores relevantes	Segurança jurídica para as instituições que executam ação relacionadas ao manejo integrado	MMA/IBAMA
			Acompanhar no Congresso a tramitação do PL nº 11.276/2018		Consolidação de políticas públicas e do manejo integrado do fogo no Brasil	

OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Promover a integração dos sistemas existentes na PF	Estudo estatístico de números de Inquéritos Policiais (IPLs) de desmatamento ilegal	Amazônia Legal	Melhoramento nos sistemas de BI atualmente existentes na Polícia Federal	Nº de IPLs/ano	Maior confiabilidade dos dados fornecidos pelos sistemas internos de Business Intelligence, melhorando suas interfaces para possibilitar a extração de dados gerenciais que permitam ao gestor tomar decisões mais rápidas e assertivas	PF, MJSP
	Estudo estatístico de número operações deflagradas relacionadas com desmatamento ilegal	Amazônia Legal	Atualização nos Sistemas E-POL e PALAS para que essa relação se dê de forma automática	Nº de operações/ano		
	Estudo estatístico de números de prisões relacionadas com desmatamento ilegal	Amazônia Legal	Estabelecimento de sistema eficiente de comunicação das SRs e projeções descentralizadas com os órgãos centrais da PF	Nº de presos/ano		
	Produzir alertas de desmatamento a partir de imagens radar do sistema SIPAMSAR	Amazônia Legal	Gerar alertas de desmatamento para as áreas prioritárias na Amazônia Legal	Área de imagem efetivamente trabalhada (km ²)	Fortalecimento do monitoramento	Censipam/MD
	Elaborar e divulgar o mapeamento Tzero de áreas de desmatamento, floresta e não floresta, a partir de imagens de radar (Sentinel 1-10 metros)	Amazônia Legal	Desenvolver metodologia de mapeamento para gerar a camada denominada de Tzero do desmatamento da Amazônia Legal Brasileira, visando o monitoramento sistemático	Metodologia de mapeamento de áreas de desmatamento, floresta e não floresta para gerar a camada Tzero desenvolvida	Estados da Amazônia Legal com área de desmatamento, floresta e não floresta mapeadas	Censipam/MD
			Camada Tzero para o Estado do Acre (área piloto)	Camada Tzero do Estado do Acre gerada		
			Gerar camada denominada de Tzero do desmatamento dos Estados da Amazônia Legal	Mapeamento Tzero das áreas de desmatamento, floresta e não floresta dos estados Estados, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins		
	Disponibilizar análises e informações de monitoramento do desmatamento para todos os estados	Amazônia Legal	Firmar 9 acordos de cooperação técnica com os estados da Amazônia Legal para o compartilhamento de análises e repasse de informações	Número de ACT firmados	Fortalecimento da Cooperação Federativa	Censipam/MD
			Criar Gupo Integrado para Proteção da Amazônia, com equipe operacional multidisciplinar	Grupo Criado		

Fortalecer e aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e a disponibilização de informações para prevenção e controle do desmatamento ilegal

<p>Aprimorar a troca de informações e fornecer insumos para atuação das forças mobilizadas na Operação Verde Brasil</p>	<p>Amazônia Legal</p>	<p>Produção de dados e disponibilização de informações para tomada de decisão da Operação Verde Brasil 2</p>	<p>Dados produzidos e informações disponibilizadas</p>	<p>Informações e insumos disponibilizados para Operação Verde Brasil 2 e futuras operações</p>	<p>MD/Censipam, Incra, Funai, Ibama, ICMBio, SFB, Abin, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Inpe e Agência Nacional de Mineração, Embrapa</p>
		<p>Desenvolver metodologia para otimizar ações de fiscalização</p>	<p>Metodologia desenvolvida e ações de fiscalização direcionadas</p>		
<p>Monitoramento e qualificação dos desmatamentos nos biomas brasileiros</p>	<p>Todos os biomas</p>	<p>Monitorar anualmente a supressão da vegetação nativa (PRODES) - 06 mapas anuais, um por bioma</p>	<p>Mapas anuais da supressão de vegetação nativa</p>	<p>Áreas de supressão de vegetação nativa monitoradas, com informação disponibilizada</p>	<p>INPE/MCTI</p>
	<p>Amazônia e Cerrado</p>	<p>Monitorar diariamente com imagens WFI a supressão da vegetação nativa (DETER) - 24 mapas dos agregados mensais, 12 para a Amazônia e 12 para o Cerrado</p>	<p>Mapas dos agregados mensais da supressão de vegetação nativa para Amazônia e Cerrado</p>	<p>Fortalecimento do monitoramento e disponibilização de informações e ferramentas para prevenção e controle da supressão de vegetação nativa</p>	<p>INPE/MCTI</p>
	<p>Amazônia e Cerrado</p>	<p>Produzir bimestralmente o mapa dos hotspots da supressão de vegetação nativa - 12 mapas bimestrais, 06 para a Amazônia e 06 para o Cerrado</p>	<p>Mapas bimestrais de hotspots da supressão de vegetação nativa para Amazônia e Cerrado</p>	<p>Fortalecimento do monitoramento e disponibilização de informações e ferramentas para prevenção e controle da supressão de vegetação nativa nos hotspots</p>	<p>INPE/MCTI</p>
	<p>Amazônia</p>	<p>Monitorar diariamente os hotspots da supressão de vegetação nativa (DETER Intenso) - 485.000 km² em 2020 e 2021, 1.000.000 km² a partir de 2022</p>	<p>km² monitorado</p>	<p>Disponibilização diária dos hotspots da supressão de vegetação nativa para prevenção e controle do desmatamento</p>	<p>INPE/MCTI, Censipam/MD</p>
	<p>Todos os biomas</p>	<p>Disponibilizar dados do desmatamento via plataforma Terrabrasilis, permitindo integração de banco de dados geográficos, sem necessidade de interação humana</p>	<p>Dados de todos os biomas disponibilizados ao longo do ano</p>	<p>Informações e insumos disponibilizados ao longo do ano, para os órgãos de controle ambiental e sociedade</p>	<p>INPE/MCTI</p>

		Todos os biomas	Monitorar bienalmente do uso e cobertura da terra na porção com supressão de vegetação nativa (TerraClass) - 06 mapas bienais, um por bioma	Mapas bienais de uso e cobertura da terra na porção com supressão de vegetação nativa	Mapeamento bienal do uso e cobertura da terra por bioma, na porção com supressão de vegetação nativa, incluindo a categoria de vegetação secundária	INPE/MCTI, Embrapa, Censipam/MD
--	--	-----------------	---	---	---	------------------------------------

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Promover a regularização fundiária de terras públicas e a titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária	Fortalecer o INCRA e promover a efetiva implementação da Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA e a Titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária por meio da execução de ações integradas e coordenadas	Todas os biomas	Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA e a Titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária por meio da execução de ações integradas e coordenadas	Nº de documentos titulatórios entregues	Regularização fundiária e a formalização da ocupação territorial garantidas	INCRA/MAPA
			Revisão dos marcos legais que regulamentam a Lei 11.952/2009 para implementação da titulação por sensoriamento remoto	Publicação de atos normativos	Instrumentos para celeridade na titulação de terras no país consolidados	INCRA/MAPA
			Campanha para mobilização dos produtores para atualização de dados cadastrais para a efetiva titulação	Número de campanhas realizadas	Produtores rurais engajados e conscientizados das necessidades para regularização fundiária de suas parcelas	INCRA/MAPA
			Ampliar capacidade de execução do INCRA para fins de titulação	Ampliação da estrutura de gestão, de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos no órgão	Órgão fortalecido e com capacidade de gestão territorial e regularização fundiária	INCRA/MAPA
Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos	Elaborar e implementar uma política de melhoria do processo de Compensação de Reserva Legal	Todos os biomas	Atualizar a IN 05/2016	IN 05/2016 atualizada	Atualizar a IN de Compensação de Reserva Legal incluindo outros tipos de compensação ambiental com intuito de certificar um maior número de áreas	ICMBio
			Ampliar em 20% a disponibilidade de áreas certificadas para doação por compensação de passivo de reserva legal (equivale a 90 imóveis rurais por ano)	Número de áreas com Certificado de Compensação de Reserva Legal e Certificado de outros de tipo de compensação ambiental		

ORDENAMENTO TERRITORIAL

OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
<p>Destinar Glebas Públicas Federais</p>	<p>Planejar a destinação, uso e ocupação das áreas não destinadas em glebas públicas federais</p>	<p>Amazônia Legal</p>	<p>Definir metodologia para verificação da área não destinada em glebas públicas federais</p>	<p>Metodologia definida</p>	<p>Uso e ocupação do território definidos e redução da ocupação desordenada e grilagem de terras</p>	<p>MAPA ME, INCRA, ICMBio, Funai</p>
			<p>Definir a área não destinada em glebas públicas federais</p>	<p>Área não destinada definida (ha)</p>		
			<p>Planejar a destinação, uso e ocupação das áreas não destinadas em glebas públicas federais</p>	<p>Área Destinada (ha)</p>		
<p>Consolidação das Unidades de Conservação</p>	<p>Monitoramento da gestão das Unidades de Conservação</p>	<p>Todos os biomas</p>	<p>Aumentar o número de Unidades de Conservação monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão</p>	<p>Número de Unidades de Conservação monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão</p>	<p>Ampliação da capacidade de monitoramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação Número e UCs sendo avaliadas por ferramentas de avaliação de efetividade</p>	<p>MMA ICMBio</p>

Atualizar regulamentação sobre Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)	Revisão do Decreto nº 4.297/2002, que estabelece os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE	Todos os biomas	Proposta de atualização do Decreto elaborada até dez/2021	Proposta de atualização do Decreto elaborada	<p>Maior clareza e segurança jurídica</p> <p>Atualização dos critérios para elaboração de ZEE e do processo de aprovação</p> <p>Padronização das iniciativas de ZEE em âmbito nacional</p>	MMA, ME
	Elaboração de norma específica com as diretrizes metodológicas atualizadas para o ZEE, em âmbito nacional	Todos os biomas	Proposta de norma elaborada até dez/2021	Proposta de norma com as diretrizes metodológicas para o ZEE elaborada	<p>Revisão e atualização das diretrizes existentes.</p> <p>Segurança jurídica</p> <p>Disponibilização de informações para implementação de políticas e instrumentos de planejamento territorial</p>	MMA, ME

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Estabelecer normas e regulamentos de PSA	Regulamentar o artigo 41 do Código Florestal ¹	Todos os biomas	Elaborar proposta de regulamentação do artigo 41 e submeter à Casa Civil da Presidência ¹	Normativos elaborados	Segurança jurídica Consolidação normativa do pagamento por serviços ambientais como instrumento de política ambiental	MMA, SFB/MAPA, ME
	Regulamentar os procedimentos de emissão, registro, transferência, utilização e cancelamento do certificado de CRA	Todos os biomas	Estabelecer as regras para a operação do mercado de CRA			SFB/MAPA, ME
	Acompanhar a regulamentação da lei que estabelece a Política Nacional de PSA	Todos os biomas	Contribuir para a regulamentação da Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais no Congresso Nacional			MMA, MAPA, ME, MCTI
Simplificar e facilitar os processos, transações e contratos de PSA	Criar o CNAE de Serviços Ambientais para melhoria, recuperação e conservação da vegetação nativa e dos recursos naturais	Todos os biomas	Submeter a proposta de CNAE PSA e CNAE Conservação à Concla/IBGE	Proposta de inclusão da conservação da vegetação nativa no CNAE de Florestas Nativas e apresentação da criação de uma nova CNAE PSA	Caracterização e formalização da atividade de prestação de serviço ambiental	MMA, Concla/IBGE
	Reconhecer a atividade de conservação da vegetação nativa no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas	Todos os biomas	Inserir descrição da atividade de conservação da vegetação nativa nas notas explicativas do 0220-9/06	Atividade inserida	Incorporar as atividades diretamente associadas a conservação e preservação da vegetação nativa, essenciais para a preservação dos recursos naturais	

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

	Implementar o módulo de CRA no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural	Todos os biomas	Estabelecer a estrutura de emissão da CRA no SICAR	Módulo de CRA em operação	Funcionamento do mercado de CRA	SFB/MAPA		
Promover articulação para implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – Proveg	Implementar o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)	Todos os biomas	Elaboração de relatórios de Balanço anuais	Nº de Balanços anuais elaborados	Prover subsídios para futuras ações	MMA		
Implementar a Estratégia Nacional de REDD+	Revisão da ENREDD+	Amazônia e Cerrado	ENREDD+ revisada	ENREDD+ publicada	Fortalecimento do potencial de mitigação das emissões florestais no Brasil	MMA		
	Reconhecimento dos resultados de reduções de emissões do Cerrado e Amazônia perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	Amazônia e Cerrado	Dois relatórios de emissões evitadas nos biomas Cerrado e Amazônia submetidos e aprovados no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	Nº de Relatórios aprovados	Ampliação do Potencial de captação	MMA		
	Revisão e atualização do FREL Nacional (nível de referência de emissões florestais)	Amazônia e Cerrado	FREL Nacional atualizado	Documento entregue	Novas captações e atualização da política de controle de desmatamento	MMA		
Ampliar o volume de recursos captados destinados à conservação	Captar recursos a título de pagamentos por resultados	Todos os biomas	Diversificar a carteira de doadores e submeter novas propostas de projetos	Volume de recursos financeiros atribuídos ao Brasil, por meio de instrumentos de pagamentos por resultados de REDD+	Ampliação dos recursos captados e dos investimentos em conservação	MRE, MMA		
	Captar recursos para Pagamentos por Serviços ambientais			Número de parcerias internacionais com foco em captação de recursos para pagamentos por resultados de REDD+				
				Volume de recursos financeiros destinados ao Brasil para PSA				
				Número de parcerias internacionais com foco em geração de recursos para PSA				
			Promover a integração de dados e a divulgação das iniciativas de PSA	Número de projetos e iniciativas registradas em base de dados do MMA				
			Desenvolver e divulgar protocolo de atividades de serviços ambientais para prevenção de incêndios florestais nas propriedades rurais	Protocolo criado e disponibilizado				
			Promover acordos setoriais e iniciativas privadas relacionados à conservação e remoção de carbono, à conservação das águas e da biodiversidade e demais serviços ambientais da vegetação nativa, conforme Inciso I do artigo 41 do Código Florestal	Arranjos e parcerias promovidas junto ao setor privado				
			Implementar o projeto piloto Floresta+ Amazônia, realizando pagamentos para as atividades de conservação da vegetação nativa em imóveis rurais 150 mil ha até 2023	Área de florestas apoiada por incentivos a serviços ambientais de conservação				

Implementar programas e projetos de PSA

<p>Implementar o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta +</p>	<p>Todos os biomas</p>	<p>Implementar o projeto piloto Floresta+ Amazônia Legal, realizando pagamentos para as atividades de recuperação da vegetação nativa em imóveis rurais 50 mil ha até 2023</p>	<p>Área apoiada por incentivos a serviços ambientais de recuperação</p>	<p>Fortalecimento e ampliação das políticas públicas e programas de PSA Desenvolvimento do mercado de serviços ambientais Conservação e ampliação da vegetação nativa nas propriedades rurais Conservação e uso sustentável nas áreas protegidas Inovação no setor florestal</p>	<p>MMA, PNUD</p>
		<p>Apoiar a implementação de projetos de gestão territorial em terras indígenas e territórios de povos e comunidades tradicionais 32 projetos até 2023</p>	<p>Implementação de projetos de gestão territorial em terras indígenas e povos e comunidades tradicionais apoiada</p>		
		<p>Apoiar projetos de inovação florestal 10 projetos até 2023</p>	<p>Implementação de projetos de melhoria e adoção de instrumentos inovadores para as políticas públicas relacionadas à preservação e recuperação das florestas apoiada</p>		

	RJ e SP - realizar 940 contratos de PSA com produtores rurais com produtores rurais	Número de contratos assinados e produtores beneficiados	
--	---	---	--

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

	Implementar o projeto Conexão Mata Atlântica - Recuperação e proteção dos serviços de clima e biodiversidade do corredor sudeste da Mata Atlântica	Mata Atlântica	RJ e SP - reconhecer 15.300 hectares de áreas manejadas com práticas de conservação, restauração ecológica e conversão produtiva	Área manejada (ha)	Conservação da biodiversidade mediante a reconexão de fragmentos florestais (corredores ecológicos) Fortalecimento da capacidade técnica de produtores rurais Promoção de práticas produtivas sustentáveis e de cadeias de valor Conservação e recuperação da vegetação nativa	MCTI, BID Estados de MG, SP, RJ
			SP - oferecer assistência técnica a 250 pequenos produtores rurais	Número de pequenos produtores rurais assistidos		
			SP - apoiar 160 produtores para realização de certificação de produtos e propriedades	Número de produtores certificados		
			SP - beneficiar 180 produtores com apoio ao desenvolvimento de cadeias de valor sustentável	Número de produtores apoiados		
			MG - capacitar 1.178 produtores rurais em boas práticas	Número de produtores capacitados		
			MG - restauração ecológica de 1.500 hectares	Área recuperada (ha)		
	Prover método simplificado para monitoramento ecossistêmico nas áreas com intervenção de PSA	Mata Atlântica	Modelo simplificado para monitoramento ecossistêmico elaborado e validado	Método validado	Disponibilização de método simplificado para monitoramento ecossistêmico	MCTI
Viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial, em Áreas Protegidas e Comunidades Locais	Concessão dos serviços de apoio à visitação de Unidades de Conservação	Todos os biomas	2020: 10 2021: 17 2022: 22 2023: 27	Número de editais de delegação de serviços publicados em UC (acumulado)	Delegação de serviços públicos em Unidades de Conservação Federais	ICMBio, MMA
Implementar programas e projetos de PSA	Ampliar o Programa Produtor de Águas	Todos os biomas, exceto Amazônia Legal	Apoiar projetos indicados nos planos de ação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nas bacias definidas como prioritárias	Nº de projetos apoiados Área beneficiada (ha) Número de produtores beneficiados	Adoção de práticas conservacionistas de solo e água Adequação ambiental de propriedades rurais Melhoria na qualidade da água Aumento da oferta hídrica	ANA, Prefeituras municipais, CBHS e demais parceiros locais
Recuperação da Vegetação Nativa						
OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Desenvolver mecanismos financeiros inovadores para incentivar a recuperação da vegetação nativa	Implementação da Modalidade Floresta+ Recuperação, do Projeto Piloto Floresta+ Amazônia	Amazônia	Promoção da recuperação de 50.000 ha, por meio de pagamentos por serviços ambientais	Área apoiada por incentivos a serviços ambientais de recuperação (ha)	Estima-se que 5.000 imóveis sejam beneficiados nesse período, considerando uma área média a ser contabilizada de 10 ha/imóvel	MMA
Promover e facilitar a implementação de ações de recuperação da vegetação nativa	Implementação das ações do projeto GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia	Amazônia	Promover e facilitar a ações de recuperação em 10.000 hectares	Área em processo de recuperação (ha)	10.000 hectares em processo de recuperação, incluindo áreas públicas e privadas	MMA

	Implementação das ações do projeto Biodiversidade e Mudança Climática na Mata Atlântica	Mata Atlântica	Promover e facilitar as ações de recuperação em 2.000 hectares	Áreas em processo de recuperação (ha)	2.000 hectares em processo de recuperação, incluindo áreas públicas e privadas	MMA
Implementar uma estratégia de planejamento espacial e de monitoramento para apoiar o processo de tomada de decisão para a recuperação, conservação e valorização da vegetação nativa	Reunir e integrar conjuntos de dados e sistemas complementares	Mata Atlântica e Cerrado	Revisar as áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, até dez/2023	Um relatório ou mapa revisado das áreas prioritárias para recuperação da vegetação nativa por bioma (total de 02 relatórios ou mapas)	Processo de tomada de decisão para a recuperação da vegetação nativa é realizado, otimizando recursos financeiros e benefícios socioambientais	MMA
Promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais	Diminuição das áreas atingidas por incêndios florestais	Todos os biomas	20% ao ano, de 2020 até 2023	Percentual de redução da área atingida por incêndios florestais nas Unidades de Conservação Federais	Recuperação gradual da vegetação nativa por meio da diminuição das áreas atingidas por incêndios florestais, que constituem fatores de supressão e impedimento de regeneração da vegetação nativa	ICMBio
			2020: 30% 2021: 50% 2022: 70% 2023: 100%	Percentual de Ucs com Planos de Manejo integrado do fogo	Elaboração e implementação dos planos de manejo integrado do fogo nas Ucs federais de forma a contribuir para a diminuição das áreas atingidas pelos incêndios florestais, viabilizando a recuperação da vegetação nativa	ICMBio
	Apoiar a implementação da análise do CAR nas unidades federativas, por meio da disponibilização de recursos tecnológicos, além de apoio em atividades de capacitação e de transferência de tecnologia aos órgãos competentes.	Todos os biomas	Desenvolver e implantar a solução de "Análise Dinamizada do CAR"	Número de estados com o sistema de Análise Dinamizada implantados	Avançar na implementação do Código Florestal pela qualificação dos dados declarados do CAR	SFB/MAPA
			Analisar pelo menos 50% do número de Cadastros declarados no SICAR	Número de CAR analisados no período		

Promover a regularização ambiental das propriedades	Implementar o Projeto Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (FIP Paisagens Rurais)	Cerrado	Apoiar, via extensão rural, a 4 mil produtores rurais para recuperação de pastagens degradadas e passivos ambientais relacionados a Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal	Número de capacitações de produtores rurais para a recuperação de passivos ambientais (APP e Reservas Legais) e pastagens degradadas realizadas	Fortalecer a adoção de práticas de conservação, recuperação/recomposição ambiental e práticas agrícolas de baixas emissões de carbono em bacias hidrográficas selecionadas no bioma Cerrado do Brasil	SFB/MAPA
				Número de assistências técnicas realizadas		
	Implementar o Projeto Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado (FIP CAR)	Cerrado	Apoiar a elaboração de Programas de Regularização Ambiental (PRAs) dos CARs aprovados	Número de propostas de regularização ambiental de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais na área de atuação elaboradas	Promover melhorias nos sistemas de gestão e operacionalização do CAR	Fortalecer a adoção de práticas de conservação, recuperação/recomposição ambiental e práticas agrícolas de baixas emissões de carbono em bacias hidrográficas selecionadas no bioma Cerrado do Brasil
Implementar o Projeto Regularização Ambiental de Imóveis na Amazônia e áreas de transição para o Cerrado (KFW CAR)	Cerrado e Amazônia	Fortalecer a capacidade dos Órgãos Estaduais responsáveis pelo CAR, na elaboração, retificação e validação do CAR	Número de capacitações realizadas junto ao corpo técnico dos órgãos competentes para apoiar o cadastramento no CAR	Disseminar tecnologias de recomposição da vegetação nativa em áreas protegidas no interior de imóveis rurais, capacitar multiplicadores e formar parcerias necessárias para atingir capilaridade junto aos produtores rurais, qualificando as instituições de assistência técnica e extensão rural		
Promover a difusão das tecnologias de baixo carbono na agropecuária	Ampliação do Plano ABC até 2030	Todos os biomas	Renovação do Plano ABC para o período de 2020 a 2030	Área de pastagem recuperada (ha)	Aumento de produtividade na agropecuária Uso eficiente de recursos naturais	MAPA
				Área implantada com ILPF (ha)		
				Área implantada com sistema de plantio direto (ha)		

Implementar a Iniciativa Regenera Brasil - Recuperação de ecossistemas nativos brasileiros no contexto do Planaveg	Contribuir com a melhor ciência disponível para a geração de diretrizes que promovam a recuperação efetiva dos ecossistemas nativos brasileiros	Todos os biomas, com destaque para Amazônia e Mata Atlântica	Realizar uma síntese do conhecimento disponível sobre a restauração de ecossistemas brasileiros	Documento síntese produzido	Disponibilização de informações sobre a restauração de ecossistemas brasileiros	MCTI
			Criar uma proposta multiministerial de um programa de fomento à restauração	Proposta multiministerial elaborada	Disponibilização de recursos para projetos de restauração	MMA, MCTI, MAPA
			Criar uma ferramenta de apoio à tomada de decisão	Ferramenta de apoio a decisão criada	Aplicação do conhecimento científico e geração de diretrizes para programas e projetos de recuperação de ecossistemas	MCTI
			Definir 03 áreas prioritárias em função de oportunidades para o desenvolvimento de programas e projetos e de demandas para a restauração e/ou produção florestal	Número de áreas prioritárias definidas		
			Definir 03 projetos piloto para a implementação de ações de restauração e planejamento agropecuário	Número de projetos piloto definidos		
Realizar o monitoramento de 03 projetos piloto	Área efetivamente restaurada					
Implementar o Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites	Implantar infraestruturas de apoio para pesquisa científica em áreas remotas da Amazônia, visando à ampliação do conhecimento sobre a biota amazônica	Amazônia Legal	Projetos Pilotos: - Reativação do Laboratório de Selva da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (IDSM) - Construção de Laboratório Flutuante (IDSM) - Fortalecimento da Estação Científica Ferreira Penna (ECFPn) na Floresta Nacional de Caxiuanã (MPEG) - Revitalização da Base Alto Cuieiras (INPA)	Número de instalações concluídas Número de chamadas públicas lançadas	Ampliação do conhecimento sobre a biota amazônica Disponibilização de infraestrutura de pesquisa	MCTI/Finep
Fortalecer e apoiar o Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira - SiBBr	Organizar, indexar, armazenar e disponibilizar dados e informações científicas sobre a biodiversidade e os ecossistemas amazônicos	Amazônia Legal	Ampliação do número de registros oriundos da biodiversidade e dos ecossistemas amazônicos	Número de registros oriundos da região amazônica	Ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade e os ecossistemas amazônicos	MCTI/RNP

<p>Promover o alcance dos objetivos e metas do Planaveg</p>	<p>Revitalização de Bacias Hidrográficas por meio da recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e nascentes</p>	<p>Todos os biomas</p>	<p>Implementar projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas e contenção de processos erosivos em 10.000 hectares</p>	<p>Área (ha) recuperada ou conservada</p>	<p>Promover a conservação e aumentar a disponibilidade hídrica</p>	<p>MDR e Codevasf</p>
<p>Articulação para implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - Proveg</p>	<p>Implementar o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)</p>	<p>Todos os biomas</p>	<p>Elaboração de relatórios de Balanço anuais</p>	<p>Nº de Balanços anuais elaborados</p>	<p>Prover subsídios para futuras ações</p>	<p>MMA</p>
<p>Reduzir o desmatamento e aperfeiçoar o controle ambiental</p>	<p>Recuperação da vegetação nativa</p>	<p>Amazônia Legal e Pantanal</p>	<p>Execução e acompanhamento dos projetos aprovados</p>	<p>Nº de hectares em recuperação</p>	<p>(i) Promover maior resiliência das terras indígenas e seu entorno aos efeitos da mudança do clima e do fogo; (ii) Recuperar nascentes, margens de cursos d'água e outras áreas de preservação permanente; (iv) Contribuir para a conectividade ecológica entre fragmentos de vegetação nativa e reduzir a fragmentação de ecossistemas naturais; (v) Fortalecer práticas tradicionais de manejo e conservação da vegetação nativa, inclusive o manejo tradicional do fogo; (vi) Estabelecer cadeias produtivas ou de valor que valorizem e protejam a vegetação nativa das terras indígenas</p>	<p>Funai, USFS/USAID</p>
	<p>Recuperação da vegetação nativa</p>	<p>Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica</p>	<p>2022: Execução e finalização dos 28 projetos; 4 Cursos de Capacitação em Recuperação da Vegetação Nativa para servidores e indígenas; Seminário Final do Projeto</p>	<p>Nº de hectares em recuperação; nº de pessoas capacitadas</p>	<p>Aproximadamente 100 hectares de áreas degradadas em recuperação</p>	<p>Funai, Pnud</p>
	<p>Recuperação da vegetação nativa</p>	<p>Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal</p>	<p>(i) Capacitar servidores da Funai e representantes indígenas em conceitos e técnicas de recuperação da vegetação nativa dos biomas Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal; (ii) Implantar 3 projetos-piloto utilizando técnicas de SAF, ABC e ILPF a partir da aplicação dos conhecimentos e aprendizados gerados; (iii) Garantir assistência técnica aos projetos-piloto visando à efetividade das iniciativas</p>	<p>Nº de hectares em recuperação; nº de pessoas capacitadas</p>	<p>Áreas demonstrativas de recuperação da vegetação nativa em TIs da Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal</p>	<p>Funai, Programa Euroclima+, Expertise France</p>

Recuperação da vegetação nativa	Todos	(i) Elaborar metodologia para identificação de áreas em Terras Indígenas que serão passíveis de implementação de projetos de recuperação ambiental e de conversão de multas; (ii) Identificar TIs prioritárias para a Funai; (iii) Identificar ACPs (Ibama e Funai) e processos administrativos do Ibama que indiquem a reparação do dano ambiental ex situ a serem revertidas em projetos de recuperação ambiental para implantação nas TIs prioritárias já levantadas.	Notas técnicas conjuntas; banco de áreas elegíveis para projetos de recuperação da vegetação nativa em Terras Indígenas.	(i) Nota Técnica Conjunta Funai/ Ibama; (ii) Banco de áreas classificadas de acordo com os critérios de priorização; (iii) Cruzamento e espacialização dos dados de áreas prioritárias com demandas de projetos dos administrados	Funai e Ibama
---------------------------------	-------	--	--	---	---------------

¹ Linha de ação suprimida em razão da perda de objeto e substituição pela Lei 14119/2021*.

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

BIOECONOMIA

OBJETIVOS	LINHAS DE AÇÃO	BIOMAS	METAS 2020-2023	INDICADOR	RESULTADOS ESPERADOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Conservação e uso sustentável dos recursos naturais	Fornecimento de logística por meio de Contratações/ Aquisições	Amazônia	Implementar acordos de pesca em cinco áreas do estado do Amazonas: RDS Puranga Conquista, Rio Tupana (área de abrangência das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Matupiri e Igapó-Açú), Entorno da Floresta Estadual de Canutama, Rio Tupana (área de abrangência da RDS Matupiri e Igapó-Açú), Entorno da (RDS) Piagaçu Purus – UO Amazonas	Número de acordos implementados	Fortalecer as cadeias produtivas da biodiversidade na Amazônia	MMA
Promover ações de proteção, conservação e manejo da biodiversidade	Elaboração em conjunto com os 13 Estados de Planos de Ação Territoriais (PAT)	Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa, Zona costeira	Adotar ações de proteção, conservação e manejo da biodiversidade, apoiando o desenvolvimento de pelo menos oito Planos de Ação Territorial que somam cerca de 9 milhões de hectares	Aumento da área efetiva dos ecossistemas de distribuição de espécies nativas	Conservação e manejo da biodiversidade, em especial pela proteção e reconexão de populações isoladas de determinadas espécies	MMA (ICMBio e JBRJ), SFB/MAPA e Estados
Estruturação e implementação de cadeias produtivas sustentáveis de ecoturismo em unidades de conservação e seu entorno	Apoio aos órgãos gestores de unidades de conservação federal e estaduais no planejamento, estruturação e operacionalização de atividades produtivas, ecoturismo e uso público nas unidades de conservação	Todos os biomas	Aumentar o número de UCs com melhora na estruturação e implementação de cadeias produtivas sustentáveis de ecoturismo em unidades de conservação e seu entorno	Aumento no número de UC com ecoturismo e/ou cadeias produtivas sustentáveis implementadas, reconhecidas e divulgadas	Estratégias e planos de uso público elaboradas e em implementação	MMA
					Unidades de conservação estruturadas para o ecoturismo	
					Atividades produtivas desenvolvidas de forma sustentável em unidades de conservação	
					Redução na pressão e impactos (antrópica) nas Ucs pela população do entorno	
					Cadeias produtivas de ecoturismo locais desenvolvidas e implementadas de forma sustentável.	
Promoção e desenvolvimento da cadeia produtiva sustentável do ecoturismo através do aumento da visitação pública em Ucs	Planejamento e implementação de modelo de negócio de concessões para gestão de UCs junto ao ICMBio	Todos os biomas	Aumentar a visitação nas UCs e consequentemente o desenvolvimento econômico sustentável do entorno	Número de visitantes	Vegetação nativa preservada e economia local promovida	MMA
			Aumentar o número de UCs concedidas	Número de Parques Concessionados		

Investimentos em projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira por meio do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	Seleção de projetos relacionados à conservação e uso sustentável da biodiversidade desenvolvidos em Unidades de Conservação e seu entorno, para investimento dos recursos do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	Seleção e aprovação de 05 (cinco) projetos, pelo Comitê Gestor do FNRB	Número de projetos aprovados pelo CG-FNRB	Promoção do uso sustentável e rastreável do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA), fomentando a repartição de benefícios (monetária ou não monetária)	MMA
Implementação de protocolos comunitários em Unidades de Conservação	Elaboração e disseminação de práticas de construção e implementação de protocolos comunitários (para gestão e negociação de Conhecimentos Tradicionais Associados - CTA, e emissão de documento de consentimento prévio informado), em Unidades de Conservação selecionadas.	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal	Seleção e implementação de práticas de protocolos comunitários em 15 Unidades de Conservação	Número de Unidades de Conservação com práticas de protocolo comunitário implementadas	Promoção do uso sustentável e rastreável do Patrimônio Genético e Conhecimentos Tradicionais Associados (CTA), fomentando a repartição de benefícios (monetária ou não monetária)	MMA
Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos	Implementar estratégias de promoção do pirarucu manejado pelas comunidades tradicionais em áreas protegidas, buscando a ampliação de mercados consumidores com a valorização e reconhecimento de sua importância socioeconômica e dos serviços ambientais associados	Amazônia	50 toneladas de pirarucu, proveniente do Bioma Amazônia, comercializadas em pelo menos três estados diferentes fora do Estado do Amazonas	Promoção do produto em, no mínimo, três estados da Federação	Incremento na renda de aproximadamente 2000 famílias Fortalecimento da participação de famílias de sete unidades de conservação do Amazonas (Resex do Rio Unini, Resex do Médio Juruá, Resex do Rio Jutai, Resex do Baixo Juruá, Resex de Auati-Paraná Resex do Médio Purus, Resex Ituxi) na conservação da biodiversidade	ICMBio, Serviço Florestal Americano, Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC)

			Realizar levantamentos e diagnósticos relacionados a cadeias estratégicas do extrativismo	Nº de Diagnósticos e espaços de articulações implementados		
			Promover articulação institucional para diálogos multisetoriais para o aperfeiçoamento de políticas públicas			

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

Promover a estruturação de cadeias produtivas do extrativismo em todos os biomas brasileiro

Todos os biomas

Implementar ações de apoio à estruturação de cadeias produtivas do extrativismo

Ações Instrumentos de apoio à estruturação produtiva implementados

Fortalecimento das cadeias produtivas do extrativismo

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

**Implementar o Programa
Bioeconomia Brasil –
Sociobiodiversidade**

<p>Promover de alianças produtivas entre setores de alimentos e saúde para cadeias produtivas de Ervas Medicinais, Aromáticas, Condimentares, Azeites e Chás Especiais do Brasil</p>	<p>Todos os biomas</p>	<p>Apoiar a formação de arranjos Institucionais para o desenvolvimento de ações nas cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas, condimentares, de azeites e chás especiais</p>	<p>Arranjos institucionais implementados</p>	<p>Fortalecimento, ampliação e inovação nas cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas, de azeites e chás especiais</p>
		<p>Apoiar ações de estruturação das cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas, condimentares, de azeites e chás especiais</p>	<p>Ações de apoio às cadeias produtivas implementadas</p>	

Apoiar ações de pesquisa, inovação e extensão para produção e processamento de plantas medicinais, aromáticas e seus derivados para a diversificação da cultura fumageira

Número de pesquisas apoiadas

Realizar o levantamento do potencial de Roteiros da sociobiodiversidade nos biomas brasileiros

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA

Estruturar Roteiros de integração em torno de produtos e atividades da Sociobiodiversidade para valorização da diversidade biológica, social e cultural brasileira	Todos os biomas	Diagnósticos e metodologias elaborados	Estruturação dos roteiros integrados da sociobiodiversidade
		Estabelecer metodologias para a implementação dos Roteiros da Sociobiodiversidade	
Conservar a agrobiodiversidade, por meio do reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais e fomento a ações para a conservação dinâmica destes sistemas	Todos os biomas	Desenvolver estratégias para ampliar o acesso ao financiamento de ações para o fortalecimento da sociobiodiversidade	Estratégia para ampliação de financiamento desenvolvida e percentual de novos recursos destinados
		Estabelecer instância de governança para recepção, avaliação e encaminhamento dos Sistemas Agrícolas Tradicionais brasileiros	Instâncias de governança criada
		Elaborar instrumento de apoio para novas propostas de Sistemas Agrícolas Tradicionais	Número de novas candidaturas de Sistemas Agrícolas Tradicionais reconhecidas e apoiadas
			Fortalecimento e ampliação das políticas de apoio aos sistemas agrícolas tradicionais

	Novos sistemas		Elaborar instrumentos para apoio e fomento à conservação dinâmica de Sistemas Agrícolas Tradicionais	Instrumentos de apoio aos planos de conservação dinâmica dos Sistemas Agrícolas Tradicionais elaborados		
	Promover a geração e o aproveitamento econômico e produtivo das fontes de energias renováveis	Todos os biomas	Realizar o mapeamento e diagnóstico das demandas e potenciais de utilização das fontes renováveis de energias para agricultura familiar	Diagnóstico elaborado	Ampliação do uso de fontes renováveis de energia na agricultura familiar	
			Elaborar Plano de ação para implantação das ações de fomento ao uso de energias renováveis pela agricultura familiar	Plano de ação elaborado		
Fortalecer instrumentos que garantam o mercado para produtos extrativistas que ajudem na conservação ambiental	Fomentar a ampliação de mercado aos produtos da sociobiodiversidade como forma de geração de renda às comunidades que atuam no segmento	Amazônia	Identificação dos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade utilizando o cadastro do SENA - tipo Sociobiodiversidade	Número de selos emitidos	Promoção e ampliação do mercado para produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade	MAPA
	Implementar o Programa de Garantia de Preços Mínimos para Biodiversidade (PGPM-Bio) para garantia de preços mínimos para produtores da sociobiodiversidade;	Todos os Biomas	Apoiar a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e o desenvolvimento das comunidades extrativistas, por meio da Subvenção Direta a Produtos Extrativistas (SDPE), que consiste no pagamento de um bônus, quando os extrativistas comprovam a venda de produto extrativo por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal	Valor investido no PMPG (R\$) Número de produtos inseridos na política Número de produtores beneficiados	Alcance da segurança alimentar e nutricional da população da região, em especial da parcela em situação de vulnerabilidade e risco social até 2023	CONAB, MAPA
Implementar novas fontes de financiamento para promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida	Ampliar as linhas de financiamento para investimentos nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Todos os biomas	Direcionar recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Cadeias da Sociobiodiversidade-PRONAF-Bio via Plano Safra para agricultura familiar e cadeias da sociobiodiversidade	Valor direcionado no Plano Safra para Sociobiodiversidade (em R\$) Número de produtores beneficiados Número de cadeias beneficiadas	Ampliação dos investimentos para as cadeias da sociobiodiversidade	MAPA, BACEN
Promover o manejo florestal sustentável nas Florestas Nacionais	Ampliar a produção madeireira proveniente de concessões públicas federais	Amazônia Legal	Número de florestas concedidas no período	Produção de madeira em tora pela concessões florestais (m³)	Valoração da floresta preservada e ampliação de investimento privado em atividades da bioeconomia	SFB/MAPA
				Área total concedida para manejo (ha)		

Subsidiar a formulação de uma estratégia nacional de bioeconomia	Implementar o Projeto Oportunidades e Desafios da Bioeconomia - ODBio, parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia)	Todos os biomas	Formular campo conceitual da bioeconomia brasileira considerando sua diversidade, oportunidades e desafios nas diferentes regiões do País (Comitê Nacional de Bioeconomia e Observatório Brasileiro de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Documentos conceituais elaborados	Estabelecimento de diretrizes conceituais para a bioeconomia brasileira e o conhecimento das capacidades existentes em pesquisa, desenvolvimento e inovação para seu desenvolvimento	MCTI
			Mapear as competências e capacidades de PD&I em bioeconomia (Comitê Nacional de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Mapeamentos realizados		
			Elaborar modelo de Knowledge Hub da Bioeconomia Brasileira (Observatório Brasileiro de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Modelos de Knowledge Hub propostos	Estabelecimento de ambiente virtual integrado, estruturado e interativo para a captura, sistematização, análise, síntese, compartilhamento e divulgação de conhecimentos sobre bioeconomia, provendo inteligência estratégica para subsidiar tomadas de decisão e disponibilizando meios para a integração e interação entre os atores da bioeconomia brasileira	
			Elaborar modelo de instância de governança da bioeconomia brasileira em âmbito federal, considerando experiências nacionais e internacionais em coordenação setorial e prevendo a participação dos diversos atores envolvidos (governo, academia, empresas e sociedade civil organizada) (Comitê Nacional de Bioeconomia - PACTI Bioeconomia)	Modelos de governança propostos	Consolidação de estruturas de gestão e governança com foco no aproveitamento de oportunidades e na superação dos desafios apresentados pelo bioeconomia brasileira por meio de programas orientados por missão e indutores de inovação que permitam a integração e sinergia de ações dos diversos atores que a compõem	
			Identificar programas e projetos estruturantes, mobilizadores, orientados por missão e indutores do desenvolvimento da bioeconomia brasileira (Linhas Temáticas - PACTI Bioeconomia)	Número de programas ou projetos identificados		
Fortalecer e garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas com base na biodiversidade brasileira	Implementar o Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI, parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia)	Todos os biomas	Fomentar cadeias produtivas sustentáveis da biodiversidade brasileira por meio do desenvolvimento de produtos, materiais, insumos e tecnologias com foco na agregação de valor e sua retenção pelas comunidades que delas dependem (Linha Temática de Biomassa - PACTI Bioeconomia)	Número de cadeias produtivas apoiadas	Valorização e promoção de cadeias produtivas baseadas na biodiversidade brasileira por meio do desenvolvimento de novos produtos, insumos e materiais a partir e para essas cadeias com foco na agregação e retenção de valor junto as comunidades que delas dependam	MCTI
Desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis que garantam integralmente as seguranças hídrica, energética e alimentar	Implementar o Projeto NEXUS - Segurança Hídrica, Energética e Alimentar, parte do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia)	Todos os biomas	Fomentar o desenvolvimento de sistemas produtivos que garantam, de forma integral e sustentável, as seguranças hídrica, energética e alimentar das populações, considerando em suas soluções a sociobiodiversidade local, as soluções baseadas na natureza e a circularidade econômica (Linha Temática Biomassa - PACTI Bioeconomia)	Número de projetos apoiados	Ampliação das seguranças hídrica, energética e alimentar por meio de novos sistemas produtivos sustentáveis e adaptados às condições regionais	MCTI

Promover modelo econômico complementar por meio da melhoria do ambiente de negócios e do desenvolvimento sustentável	Estruturar e dinamizar Arranjos Produtivos Locais (APLs) com vocação para aproveitamento de recursos agroflorestais	Todos os biomas	Implementar 75 APLs	Nº de APLs estruturadas	Fortalecimento de técnicas de manejo florestal com vistas a revitalização de bacias hidrográficas	Codevasf
---	---	-----------------	---------------------	-------------------------	---	----------

VERSÃO APROVADA NÃO DIAGRAMADA